



REDE  
TEMPO  
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

## O PCB e a esquerda no Tempo Presente no Brasil

---

Michel Goulart da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio discute a trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e como se localiza na elaboração teórica e política brasileira ao longo do século XX. Procura-se demonstrar que ideias como a “revolução por etapas” ou a alianças com a “burguesia progressista” são elementos que aparecem continuamente em suas elaborações, desde a década de 1920. Para tanto, são apresentados e analisados documentos produzidos pela PCB e por outras organizações de esquerda ao longo do século XX.

**Palavras-chave:** PCB; Esquerda; Marxismo; Revolução.

## The PCB and the left in the Present Time in Brazil

**Abstract:** This essay discusses the trajectory of the Brazilian Communist Party (PCB) and how it is located in Brazilian theoretical and political elaboration throughout the 20th century. It seeks to demonstrate that ideas such as the "revolution by stages" or alliances with the "progressive bourgeoisie" are elements that continuously appear in his elaborations, since the 1920s. For this purpose, documents produced by the PCB are presented and analyzed. and by other left-wing organizations throughout the 20th century.

**Keywords:** PCB; Left; Marxism; Revolution.

SILVA, M. G.

O centenário de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) colocou para a esquerda um conjunto de reflexões. Em março de 1922 a proposta de fundar um partido a partir dos princípios do bolchevismo certamente foi um marco simbólico fundamental para a esquerda no Brasil. Contudo, desde a sua fundação, seja pela fragilidade do marxismo desenvolvido no Brasil durante a Primeira República, seja pela origem anarquista ou sindicalista revolucionária de parte de seus fundadores, o partido mostrou um conjunto de debilidades.<sup>II</sup> Essas debilidades, em vez de serem superadas a partir da atuação na luta de classes e do debate interno visando o avanço da elaboração política e teórica, levaram a que, desde muito cedo, o PCB estivesse marcado pela degeneração de seu funcionamento e pela política de colaboração de classes, sob influência da direção stalinista da Internacional Comunista (IC).

Esses problemas, entre outros fatores, estão na raiz de não existir na atualidade qualquer organização que represente um fio de continuidade em relação ao partido fundado em 1922. Em todos esses anos, se tem visto as diferentes organizações – em particular aquelas que se alinham torno do atual PCB, do PCdoB e dos grupos herdeiros do prestígio – se digladiando pelo legado do partido fundado em 1922, sem que se faça um balanço a fundo acerca dos crimes e as traições de Stalin e dos burocratas que o apoiaram e acerca da degeneração teórica e política que representou o stalinismo, tocando em temas como a política de colaboração de classes e a coexistência pacífica. Por outro lado, ainda que eventualmente façam críticas a uma ou outra das ações stalinistas, não é incomum que esses grupos repitam muitas dessas políticas, em particular a colaboração de classes com setores da burguesia ditos “progressistas”.

Desde pelo menos 1924 esteve presente nas formulações do partido a ideia de um passado feudal no Brasil. Para o PCB, a contradição fundamental estava na disputa entre duas frações imperialistas, a inglesa, que teria como base o “agrarismo”, e a norte-americana, que teria como base o “industrialismo”. Para o PCB, o centro da política da classe trabalhadora e, por conseguinte, dos comunistas passaria por pressionar pelo acirramento dessas disputas, com vistas ao “esmagamento dos agrários”.<sup>III</sup> Essa proposta política foi desenvolvida no livro *Agrarismo e industrialismo*, de Octávio Brandão, publicada em 1926, na qual o então dirigente do PCB caracterizava que “a política industrial marcha para superar a política feudal, isto é, os grandes burgueses industriais marcham para a conquista do poder político”.<sup>IV</sup> Nesse sentido, Brandão defendia que os trabalhadores lutassem para “impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela”, com vistas a “agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal” e empurrar “a revolução da burguesia industrial” até “os seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista”.<sup>V</sup>

No mesmo período, em âmbito internacional, o stalinismo iniciou de forma mais efetiva sua política de colaboração de classes. Segundo Pierre Broué, “desde 1924, Stalin propusera o novo modelo de partido nacional-revolucionário, aliando operários, camponeses e pequena burguesia”.<sup>VI</sup> Um dos primeiros laboratórios dessa política se deu na China, com a orientação da IC para que os militantes comunistas não apenas apoiassem, mas se subordinassem à disciplina do Kuomintang, um partido burguês nacionalista liderado por Chiang Kai-shek. O resultado dessa política foi a perseguição aos comunistas feita pelos supostos aliados, a repressão e o esfacelamento do partido comunista. Trotsky, então em processo de articulação da Oposição de Esquerda em âmbito internacional, criticou na época essa política desastrosa da IC:

A subordinação oficial do Partido Comunista à direção burguesa e a proibição de criar soviets (Stalin e Bukharin ensinaram que o Guomindang ‘substituiu’ os soviets)

SILVA, M. G.

constituem uma traição muito mais chocante e mais grosseira ao marxismo do que toda a atividade dos mencheviques de 1905 a 1917.<sup>VII</sup>

No Brasil, o PCB comparou essa política da IC à construção do Bloco Operário Camponês (BOC). Segundo a direção do PCB, o BOC, uma aliança eleitoral que reunia tanto trabalhadores como setores oriundos da pequena burguesia, seria um “Kuomintang brasileiro”. Essa coalizção materializava, segundo análise crítica escrita na época por Aristides Lobo, fundador da corrente trotskista no Brasil, uma “aliança política e ideológica” com os militares tenentistas, que o PCB caracterizava como uma “pequena burguesia revolucionária”.<sup>VIII</sup>

Em âmbito internacional, a política de colaboração de classes stalinista ganhou um novo patamar com as frentes populares, a partir de 1935. Nesse ano, no Congresso da IC se aprovou que, diante do ascenso do fascismo, os comunistas poderiam construir frentes em unidades com partidos burgueses que se opusessem ao fascismo. Essa aliança poderia se materializar inclusive em governos burgueses, como ocorreu na Espanha e na França, em 1936. Na época, os trotskistas brasileiras analisaram essa política, afirmando, em relação ao PCB:

A sua linha direitista de agora foi traçada não por ele mesmo, mas pelo próprio congresso da IC (1935), do qual se pode dizer que foi o congresso da dissolução da III Internacional, como partido mundial da revolução proletária. De fato, nesse congresso, as últimas posições revolucionárias classistas foram abandonadas quando a luta fundamental em nossa época – a luta de morte entre o comunismo e o fascismo – foi rebaixada a um duelo dentro do regime capitalista entre a democracia burguesa e o fascismo. Em consequência disso, as seções nacionais da IC foram reduzidas a meros guardas da ‘democracia burguesa’ (política das frentes populares) e a agências de colaboração de classe com os governos imperialistas dos chamados países ‘democráticos’ e ‘amigos da paz’, ‘aliados’ ou presumíveis aliados da União Soviética.<sup>IX</sup>

Essa política ganhou contornos mais profundos ao longo das décadas seguintes, significando, em muitos países, o completo abandono da independência de classes por parte dos partidos comunistas. No Brasil, a aplicação dessa política levou o PCB a construir alianças com setores da burguesia que, em seu entendimento, seriam progressistas, em particular as frações representadas politicamente pelo getulismo. Pode-se apontar diferentes consequências para isso, mas a fundamental certamente é a aplicação da ideia da “revolução por etapas”, que levou o partido a abertamente não apenas defender que seria preciso primeiro desenvolver o capitalismo, como também a alianças com a burguesia. O desdobramento disso foi a ilusão de que seria possível transformar a sociedade de forma pacífica.

Acerca desse tema, são bastante esclarecedores os documentos produzidos pelo PCB entre as décadas de 1940 e 1960. Em 1949, em um informe ao Comitê Central (CC) do PCB, Luis Carlos Prestes afirmava:

[...] remover as causas profundas do atraso e da reação política, afastar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas no país. Isto implica na luta consequente contra os restos feudais e todas as formas pré-capitalistas de exploração, quer dizer, na revolução agrária, de um lado; e de outro, na luta contra o imperialismo estrangeiro, norte-americano em particular nos dias de hoje e pela independência nacional. No imperialismo e no feudalismo, particularmente no primeiro, estão os inimigos mortais do nosso povo.<sup>X</sup>

Essa luta para “remover” os “restos feudais” significava uma etapa dentro do processo revolucionário, assim descrita pelo partido em 1954:

SILVA, M. G.

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas.<sup>XI</sup>

Essa luta contra os resquícios feudais teria como aliada a burguesia. Como consequência, o PCB afirmava, no mesmo documento de 1954, que o seu programa não ameaçaria os interesses da burguesia, mas sim

[...] defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional. Essa posição é acertada, decorre de uma justa compressão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigem solução imediata, são exclusivamente as de caráter anti-imperialista e antifeudal.<sup>XII</sup>

Contudo, a colaboração de classes não se limitava a defender um programa comum com a burguesia, mas também na aliança estratégica com a classe inimiga. Em 1958, o CC do partido afirmava:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é de interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios.<sup>XIII</sup>

Esses “interesses contraditórios” entre trabalhadores e burgueses deveriam ficar em segundo plano diante do que o PCB entendia como necessidade primordial: derrotar os “restos feudais”. Nesse cenário, a adaptação do PCB à democracia burguesa e a linha stalinista de “coexistência pacífica” com o imperialismo levaram o partido a teorizar acerca da possibilidade de que todo o processo de transformação da sociedade poderia ser feito de forma pacífica. Em 1958, afirmava:

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.<sup>XIV</sup>

O PCB, portanto, não apenas defendia a possibilidade de uma transformação social pacífica, como se utilizava da ideia de “reformas graduais”. Essas elaborações teóricas e políticas se mostraram desastrosas, em especial por ter sido um dos fatores que explicam a derrota dos trabalhadores que levou à vitória dos militares e da burguesia no golpe de 1964. O próprio PCB assumiu os seus equívocos, diante dessa derrota. No ano seguinte ao golpe, o PCB afirmava:

A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas mais sérias debilidades. Fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não apenas para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossas atividades nas novas condições criadas no País. Revelou-se falsa a

SILVA, M. G.

confiança depositada no ‘dispositivo militar’ de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e às massas, de uma vitória falsa e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes.<sup>XV</sup>

O PCB também parecia desiludido com a burguesia “progressista”, demonstrando até certo ponto um sentimento de traição:

Uniam-se os reacionários e entreguistas, que conseguiam atrair para seu lado amplos setores da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana, descontentes com a situação e que não concordavam com as crescentes ameaças ao regime constitucional vigente. As forças da direita armavam-se e preparavam aceleradamente o golpe.<sup>XVI</sup>

Portanto, observa-se que durante décadas, o PCB teorizou acerca de relações econômicas e sociais inexistentes e desenvolveu uma política desconectada da realidade, não preparando os trabalhadores para o processo de acirramento da luta de classes. Os trabalhadores eram enganados a enxergar seus algozes como aliados na construção de uma sociedade futura, sendo iludidos de que os seus interesses contraditórios com a burguesia eram secundários em relação ao embate com os “resquícios feudais”. Contudo, a realidade mostra que, quanto à burguesia, ainda que com todas as divergências que pudesse ter entre as várias frações,

[...] apavorada diante do movimento de massas, que se radicalizava antes de 1964, escapando das mãos dos pelegos, conseguiu unir suas forças, para promover contra João Goulart o golpe que, em última instância, era dirigido contra as massas.<sup>XVII</sup>

Esse balanço do contexto do golpe, feito por um dos grupos trotskistas que se reorganizaram durante a ditadura, também contém elementos de uma dura crítica à atuação do PCB. Segundo a Organização Comunista 1º de Maio, durante o período anterior a 1964, o PCB

[...] havia conseguido impor a setores das massas a ilusão da tomada do poder pacificamente. Não havia se preparado para aparar e rebater os golpes que sempre estão sendo tramados pelos inimigos nem para a tomada do poder, pois, verdadeiramente, não o colocava como objetivo.<sup>XVIII</sup>

Embora o PCB tenha chegado em falar acerca de uma “surpresa no desfecho”, se referindo ao golpe de 1964 e ao papel da burguesia, a realidade permitia mostra que nada daquilo era novidade. Os trotskistas, que se constituíram como corrente independente do PCB desde o começo da década de 1930, demonstraram em diversas análises a incapacidade da burguesia em fazer qualquer transformação na sociedade brasileira, defendendo a necessidade de organização independente dos trabalhadores e luta pela revolução socialista. Acerca da burguesia, os fundadores do trotskismo no Brasil afirmavam, ainda em janeiro de 1931:

Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. A luta de classes é mais poderosa do que as abstrações do liberalismo político. Na fase imperialista do capitalismo a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas.<sup>XIX</sup>

Os trotskistas também chamaram a atenção para o fato de que as particularidades do desenvolvimento capitalista não poderiam ser um fator determinante no processo de transformação política e social. Essas particularidades deveriam ser vistas como parte do

SILVA, M. G.

processo internacional de dinâmica do capitalismo, ou seja, o processo de transformação social em um país seria invariavelmente parte da revolução mundial. Nesse sentido, os marxistas não poderiam subordinar suas táticas e muito menos sua estratégia às particularidades do desenvolvimento econômico específico do país nem aos interesses da burguesia nativa, mas analisar sua dinâmica e interesses diante do imperialismo. Nesse sentido, em 1933, os trotskistas afirmavam:

[...] o dogma centrista da subordinação da atividade dos partidos comunistas aos caracteres gerais do desenvolvimento capitalista, isto é, da subordinação da estratégia revolucionária, em cada país, a um tipo abstrato de capitalismo nacional, leva uma medida de idealismo aos partidos comunistas para a avaliação das forças da revolução e das suas tarefas imediatas. A distinção dada pelo programa da IC entre países maduros e países não maduros para o socialismo nada tem de marxista.<sup>XX</sup>

Contudo, os erros cometidos pelo PCB não foram o suficiente para que o partido mudasse suas bases teóricas e políticas. Para o partido, o fato de sua política de colaboração de classes ter colocado o proletariado a reboque dos interesses e movimentações da burguesia parecia ser o menor dos problemas. Pelo contrário, diante do golpe de 1964, o PCB faz o balanço de que suas moderadas críticas a João Goulart teriam enfraquecido o governo e ajudado na ação dos golpistas:

Nossa atividade em relação ao governo de Goulart era orientada, na prática, como se sua política fosse quase inteiramente negativa. Desprezávamos seus aspectos positivos de grande importância, como, em sua política externa, a defesa da paz, da autodeterminação dos povos, do princípio de não-intervenção, o desenvolvimento das relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, e, sua política, interna, relativo respeito às liberdades democráticas, o atendimento de reivindicações dos trabalhadores.<sup>XXI</sup>

Portanto, para o PCB, João Goulart não teria sido derrubado por sua política vacilante em relação ao imperialismo e sua confiança de que os militares respeitariam a democracia burguesa, mas por suas medidas pretensamente progressistas. Segundo o seu balanço, o erro do PCB não estaria em se negar a organizar os trabalhadores de forma independente do governo, mas de não ver os esforços de Jango para aplicar suas medidas pretensamente progressistas. O PCB assim afirmava:

Concentrando nosso fogo no governo, exigíamos medidas cada vez mais avançadas, sem levar em conta nossas próprias debilidades e a fraqueza do movimento nacionalista e democrático, bem como a efetiva correlação de forças sociais que então existia, o que põe a nu a persistente influência do subjetivismo em nossas atividades.<sup>XXII</sup>

Em outras palavras, os trabalhadores não estavam prontos para uma luta mais avançada, mas o PCB parecia esquecer que esse avanço na organização e na consciência era tarefa do próprio partido. Essa postura do PCB teve continuidade ainda durante a ditadura, em particular na política de alianças com a burguesia. Segundo o partido, os trabalhadores deveriam aproveitar os embates internos dentro das classes dominantes e, a partir disso, se aliar às frações que se colocassem na oposição, mesmo que apenas pontualmente, à ditadura. Em 1967, afirmava o PCB:

SILVA, M. G.

A burguesia nacional participa da frente antiditatorial, embora sua oposição ao regime seja limitada. Outros setores das classes dominantes, cujos interesses são construídos pela política do governo ditatorial, podem participar de ações contra o regime e ser úteis à ativação e fortalecimento da frente antiditatorial.<sup>XXIII</sup>

Essa compreensão levou a que durante a ditadura a política do PCB tenha passado à integração do partido à institucionalidade estatal, priorizando a intervenção dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida da ditadura, e a construção da unidade com o sindicalismo “pelego”. Na estratégia do PCB, o centro da política continuava a passar pela unidade com a burguesia:

Na luta contra a ditadura fascista, os comunistas consideraram necessário aglutinar todas as forças que, em maior ou menor grau, estão em contradição com o regime, incluindo não só o MDB, a Igreja e a burguesia não monopolista, mas também setores das FFAA, da ARENA e até mesmo de alguns representantes dos monopólios, descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime.<sup>XXIV</sup>

Em relação à dinâmica da revolução, pouco mudou na sua perspectiva em relação ao desenvolvimento capitalista, relacionando-o à defesa da democracia:

O caminho da revolução brasileira, orientado para o socialismo, é democrático e nacional. Ele exige a mais completa democracia e a supressão dos obstáculos históricos que impedem o progresso nacional, a supressão da dominação imperialista, monopolista e latifundiária.<sup>XXV</sup>

Portanto, o PCB trabalhava na lógica do combate indireto contra à ditadura, institucionalizado e tendo como centro a “frente democrática e sua inserção no sistema político-institucional”.<sup>XXVI</sup> O PCB acabou priorizando a unidade ampla a todo custo, inclusive do ponto de vista partidário e sindical, se afastando dos setores combativos que construíam o PT e da CUT, a partir do final da década de 1970. Em 1981, o PCB chegou a denunciar que

[...] multiplica-se no seio da classe operária e do movimento sindical a ação de correntes “esquerdistas” que, no geral, se orientam por posições que não favorecem a unidade do proletariado e sua necessária aliança com outras forças sociais.<sup>XXVII</sup>

O “esquerdismo” aqui criticado nada mais era do que a defesa da independência em relação ao PMDB e ao sindicalismo “pelego”. Essa postura do PCB fez com que o partido seguisse dentro do PMDB até conseguir sua legalização, em 1985, e permanecesse na CGT, central onde se reunia o “sindicalismo de resultados”, até 1990, quando finalmente aderiu à CUT.

Considerando essa trajetória, não é surpresa o processo que levou o partido, no começo da década de 1990, diante do esfacelamento do stalinismo e do colapso da União Soviética, ao completo abandono de uma perspectiva de luta pela revolução. Esse processo se desenvolveu ao longo de décadas, desde que o partido começou a construir justificas teóricas para a sua política de colaboração de classes. Nesse sentido, não surpreende a completa fragmentação do partido em seu congresso de 1991. Nesse congresso, o PCB abandonou formalmente o leninismo, afirmando em sua resolução:

As concepções de ditadura do proletariado, de monopólio do poder pelo partido único, da predominância dos quadros sobre a participação das massas, produtos de uma época determinada, tudo isso exauriu-se. Há que buscar uma nova forma-partido, com

SILVA, M. G.

um anova teoria e nova cultura, extraída da rica herança teórico-política do movimento socialista e da nova realidade do mundo, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista.<sup>XXVIII</sup>

Roberto Freire, então líder do partido e um dos principais articuladores da transformação do PCB em PPS, dizia ser necessário “começar a discutir qual o socialismo que queremos”, propondo que fosse algo entre “o modelo do socialismo real, de centralização política e econômica” e o esgotado social-democrata.<sup>XXIX</sup> Freire afirmava que,

[...] se continuássemos nessa posição estrita e dogmática, íamos continuar vegetando, seríamos cada vez mais residuais, e não íamos dar uma resposta ao capitalismo que aí está, sem perspectiva de influir concretamente na sociedade brasileira.<sup>XXX</sup>

Em sua busca evitar se isolar, o PPS chegou a se tornar um aliado de partidos de direita, compondo governos de diferentes matizes ideológicas e, inclusive, defendendo o impeachment de Dilma em 2016 e assumindo cargos no governo de Michel Temer.

Na década de 1990, marcada pela ofensiva ideológica e econômica do capitalismo em todo o mundo, viu-se extremas dificuldades no sentido da construção de organizações de esquerda, em consequência da fragmentação política e do abandono quase generalizado do referencial teórico marxista. No caso do PCB, um pequeno grupo dissidente iniciou o que foi chamado de “reconstrução revolucionária”, mas, apesar de alguns avanços, é comum a esse grupo esbarrar em resquícios do stalinismo. Um exemplo disso pode ser visto nas resoluções do congresso de 1996, em que corretamente critica a integração do partido às instituições do Estado na década de 1980. Contudo, no mesmo congresso, afirma que, no período anterior ao golpe de 1964, a aliança com “frações da burguesia industrial criou as condições, à época, para o desenvolvimento de importante trabalho de conscientização e politização das massas”.<sup>XXXI</sup> Portanto, em sua avaliação, era correta uma aliança, ainda que tática, com a burguesia e, inclusive, isso teria sido importante no processo de organização dos trabalhadores. O PCdoB, por sua vez, não apenas manteve a política de colaboração de classes, como se integrou totalmente às instituições do Estado, inclusive assumindo cargos em governos de partidos de direita.

Esse breve panorama mostra a necessidade de se fazer um balanço profundo da trajetória do PCB e sua política, influenciada em grande medida pelo stalinismo. Para tanto, é central reconhecer e estudar a fundo as contribuições de outras correntes políticas, como a trotskista, que apresentam análises acerca de diferentes temas, como o bonapartismo getulista e a ditadura. Esses e outros elementos permitem refletir acerca da esquerda no Tempo Presente e intervir na situação política e no processo de transformação da sociedade.

## Notas

<sup>I</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

<sup>II</sup> SILVA, M. G. “Os primeiros grupos comunistas e o centenário de fundação do PCB”. Boletim de Conjuntura (BOCA), n. 27, p. 11-16, 2022.

<sup>III</sup> Octávio Brandão. Agrarismo e industrialismo. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p. 149.

<sup>IV</sup> Octávio Brandão. Agrarismo e industrialismo. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p. 145.

<sup>V</sup> Octávio Brandão. Agrarismo e industrialismo. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p. 133.

<sup>VI</sup> Broué, Pierre. História da Internacional Comunista (1919-1943). São Paulo: Sundermann, 2007 t. 1, p. 553.

<sup>VII</sup> Trotsky, Leon. A teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2010, p. 169.

- <sup>viii</sup> Aristides Lobo. Carta aberta aos membros do Partido Comunista. In: Fúlvio Abramo; Dainis Karepovs. Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 46.
- <sup>ix</sup> Partido Operário Leninista. As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda [janeiro de 1937]. In: Fúlvio Abramo; Dainis Karepovs. Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 287.
- <sup>x</sup> Informe político (maio de 1949). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1943-1964). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 2, p. 99.
- <sup>xi</sup> IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1943-1964). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 2, p. 128.
- <sup>xii</sup> IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1943-1964). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 2, p. 132.
- <sup>xiii</sup> Declaração sobre a política do PCB (março de 1958). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1943-1964). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 2, p. 187.
- <sup>xiv</sup> Declaração sobre a política do PCB (março de 1958). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1943-1964). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 2, p. 192.
- <sup>xv</sup> Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 24.
- <sup>xvi</sup> Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 26.
- <sup>xvii</sup> Organização Comunista 1º de Maio. Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado [janeiro de 1971]. In: Daniel Aarão Reis Filho & Jair Ferreira de Sá (org.). Imagens revolucionárias. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 392.
- <sup>xviii</sup> Organização Comunista 1º de Maio. Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado [janeiro de 1971]. In: Daniel Aarão Reis Filho & Jair Ferreira de Sá (org.). Imagens revolucionárias. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 393.
- <sup>xix</sup> Aos trabalhadores do Brasil. In: Fúlvio Abramo; Dainis Karepovs. Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 58.
- <sup>xx</sup> Liga Comunista [prov.]. Projeto de teses sobre situação nacional [prov. 1933]. In: Fúlvio Abramo; Dainis Karepovs. Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 125.
- <sup>xxi</sup> Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 25.
- <sup>xxii</sup> Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (1965). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 25.
- <sup>xxiii</sup> VI Congresso do PCB (dezembro de 1967). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 73.
- <sup>xxiv</sup> Resolução política do CC do PCB (dezembro de 1975). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 169.
- <sup>xxv</sup> Teses para um debate nacional pela legalidade do PCB (maio de 1981). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 280.
- <sup>xxvi</sup> Marco Aurélio Santana. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 245.
- <sup>xxvii</sup> Teses para um debate nacional pela legalidade do PCB (maio de 1981). In: Edgard Carone (org.). O PCB (1964-1982). São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3, p. 276.
- <sup>xxviii</sup> Declaração política do IX Congresso do PCB. In: Roberto Freire. O que mudou no PCB? Brasília: Novos Rumos, 1991, p. 111.
- <sup>xxix</sup> Roberto Freire. O que mudou no PCB? Brasília: Novos Rumos, 1991, p. 31.
- <sup>xxx</sup> Roberto Freire. O que mudou no PCB? Brasília: Novos Rumos, 1991, p. 31-2.
- <sup>xxxi</sup> PCB. Resoluções do XI Congresso. Rio de Janeiro, março de 1996, p. 10.

## Referências bibliográficas

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (Orgs.). **Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)**. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

- 
- BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e industrialismo**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007 t. 1.
- CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 2.
- CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1964-1982)**. São Paulo: DIFEL, 1982, vol. 3.
- FREIRE, Roberto. **O que mudou no PCB?** Brasília: Novos Rumos, 1991.
- PCB. **Resoluções do XI Congresso**. Rio de Janeiro, março de 1996.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (org.). **Imagens revolucionárias**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SILVA, M. G. “Os primeiros grupos comunistas e o centenário de fundação do PCB”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, n. 27, p. 11-16, 2022.
- TROTSKY, Leon. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2010.